

上訴案第 613/2020 號

主上訴人：A (A, 民事原告)

從屬上訴人：B 有限公司 (B, S.A.R.L.)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院以普通訴訟程序控告嫌犯 C 為直接正犯，其既遂行為觸犯一項澳門《刑法典》第 142 條第 3 款及五月七日第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 93 條第 1 款所規定及處罰之過失嚴重傷害身體完整性罪。

上述犯罪應依《道路交通法》第 94 條(一)項之規定，科處嫌犯禁止駕駛之附加刑。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR1-18-0340-PCC 號案件中，經過庭審，最後作出了以下的判決：

1. 綜合所述，本合議庭裁定控訴事實獲證明屬實且控訴理由成立，判決如下：

- 嫌犯 C，以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯了《刑法典》第 142 條第 3 款結合第 138 條 c 項及第 3/2007 號法律 (《道路交通法》) 第 93 條第 1 款所規定及處罰之一項過失嚴重傷害身體完整性罪，判處一年九個月徒刑，暫緩二年執行。

- 另外，判處禁止嫌犯駕駛為期一年六個月，並根據《道路交通法》第 109 條第 1 款的規定，暫緩執行該禁止駕駛的處罰，為期二年。
2. 本合議庭裁定民事損害賠償請求之部份事實獲證明屬實，判決如下：
- 判處被告 B 有限公司須向原告 A 賠償澳門幣 1,103,908.00 元；該賠償須連同本判決日起計直至完全繳付有關賠償時的法定利息。
 - 另判處被告 B 有限公司尚須向原告 A 賠償將來因接受物理治療、止痛等對症治療、精神科藥物治療而產生的治療費用，具體金額留待執行判決時方作結算。

民事請求人 A 不服判決，向本院提起上訴：

1. 原審裁判違反了 CC7 以及 487 的規定。
2. 按上述已證情節，結合按 CC487 的規定，上訴法院應判處比原審判處“過失”更高，能匹配和對應嚴重過失的損害賠償，以及考慮現時物價上漲，心理上顯著的後遺症，判處相等於 1,500,000.00 澳門元，以及
3. 按上述已證情節，結合按 CC7,3 規定，上訴法院應當廢止判決第 14 頁第三項的決定，而對長期無能力 25%的獨立一項賠償判處給予 500,000 澳門元的賠償。

民事被請求人 B 有限公司對上訴人 A 所提出的上訴提出答覆。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. Do que consta dos autos, nenhum dos comportamentos previstos das alíneas do artigo 93º nº 3 da Lei do Trânsito Rodoviário, foram imputados ao arguido, e, muito menos provados em sede de audiência de julgamento pelo que, o comportamento do arguido, sendo negligente não cai na previsão de nenhuma das alíneas do artigo 93º nº 3 da Lei do Trânsito Rodoviário para ser considerado negligência grosseira.

上訴人 B 有限公司提出從屬上訴，其葡文版的上訴理由載於卷宗

-
2. O pedido da recorrente para que o TSI condene a recorrida ao pagamento de uma indemnização correspondente a MOP1.500.000,00 em vez dos MOP900.000,00 deve ser totalmente indeferida porquanto;
- Como atrás de se disse, nenhum dos comportamentos previstos das alíneas do artigo 93º nº 3 da Lei do Trânsito Rodoviário, foram imputados ao arguido, e, muito menos provados em sede de audiência de julgamento pelo que, o comportamento do arguido, sendo negligente não cai na previsão de nenhuma das alíneas do artigo 93º nº 3 da Lei do Trânsito Rodoviário para ser considerado negligência grosseira.
 - Face ao caso concreto, pedir a condenação da recorrente em mais de 60% do que foi condenada em 1ª instância a título de aumento de inflação, é manifestamente um uma tentativa de ENRIQUECIMENTO ILEGÍTIMO E INJUSTIFICADO, um verdadeiro locupletamento à custa do recorrido, completamente inaceitável.
 - O juízo de equidade do Tribunal *a quo*, assentou numa ponderação, prudencial e casuística, das circunstâncias do caso, situando-se dentro da margem de discricionariedade que lhe é consentida, em concreto, no acórdão em crise, o Tribunal a quo, ponderou as várias circunstâncias e consequências do acidente, como *a natureza e grau das lesões, suas sequelas físicas e psíquicas, o tratamento médico correspondente, o período de doença, situação anterior e posterior da vítima*, não nos parecendo que lhe tenha escapado algum pressuposto no seu julgamento pela equidade ou que esteja demonstrado que o pressuposto das sequelas psicológicas, não tenha sido tido em conta, antes pelo contrário.
3. O pedido da recorrente para que o TSI condene a recorrida ao pagamento de uma indemnização independente, correspondente a MOP500.000,00 relativa a 25% do grau da Incapacidade Permanente, deve ser totalmente indeferida porquanto;
- Da prova produzida nos autos, à data do acidente, a recorrida já não trabalhava, estava reformada, vivendo da pensão que lhe foi atribuída pela RAEM e não de nenhum salário.
 - Se não tinha salário, o seu grau de incapacidade nunca poderia provocar um dano a um salário que já não existia.
 - O seu grau de incapacidade também não podia provocar um dano na pensão que lhe foi atribuída pela RAEM porque ela não é reduzível por efeito do grau de incapacidade atribuído.
 - A chamada pela recorrida indemnização por (há falta de melhor expressão) “*perda de capacidade de vier* (ponto 22 das alegações de recurso)” foi incorporada na indemnização global por danos morais, porquanto, no caso concreto, **não sendo possível averiguar o valor dos danos**, a EQUIDADE, seria sempre o critério de cálculo da indemnização para ambos os danos (patrimonial e não patrimonial).
 - Pelo que, o que o dano Tribunal *a quo* fez no acórdão ora recorrido foi, em vez de separar os dois itens, danos patrimoniais e não patrimoniais, arbitrou em conjunto os danos não patrimoniais e patrimoniais num só valor indemnizatório, situação perfeitamente aceitável.
4. Em suma, a sentença recorrida não violou os artigos 7º e 487º do Código Civil.
- Termos em que, deve o presente recurso ser julgado improcedente, mantendo-se o teor do acórdão recorrido, com custas e procuradoria a cargo dos demandantes.

第 394-397 頁。²

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長基於僅涉及民事請求賠償事宜而無發表意見。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

² 其葡文內容如下：

1. Admitindo como aceitável, a possibilidade de o Tribunal a quo arbitrar em conjunto os danos patrimoniais e não patrimoniais num só valor indemnizatório no pressuposto que a EQUIDADE, seria sempre o critério de cálculo da indemnização para ambos os danos (patrimonial e não patrimonial) por impossibilidade de averiguar o valor dos danos, artigo 489º n.º 3 e 566º n.º 5 do Código Civil, entende a recorrente que o valor da indemnização por danos não patrimoniais é excessivo.
2. Numa aproximação a uma decomposição mais objectivo de cada um dos valores indemnizatórios para cada um dos diferente tipos de danos, os danos patrimoniais, a chamada pela recorrida indemnização por (há falta de melhor expressão) “perda de capacidade de viver (ponto 22 das alegações de recurso)” poderia como referência ser feita a partia da fórmula constante no DL 40/95/M de 14.08, do artigo 47º n.º 1 aliena d), corrigida pela equidade.
3. Assim, admitindo para cálculo que, o valor da reforma atribuída à lesada, MOP5000,00, tendo em consideração ainda a idade da lesada à data do acidente, 65 anos, o valor referência para a chamada “perda de capacidade de viver (ponto 22 das alegações de recurso) depois de corrigida pela equidade, uma vez que, o seu grau de incapacidade ao reduz a pensão que lhe foi atribuída pela RAEM, seria cerca de MOP100.000,00.
4. Subtraindo os MOP100.000,00 a título de danos patrimoniais perda de capacidade de viver (ponto 22 das alegações de recurso) “aos MP900.000,00 arbitrados em conjunto para os danos patrimoniais e não patrimoniais num só valor indemnizatório no pressuposto que a EQUIDADE, seria sempre o critério de cálculo da indemnização para ambos os danos, alcançaríamos MOP800.000,00 de danos não patrimoniais, o que se afigura claramente excessivo.
5. O valor mais razoável para os danos não patrimoniais seria na ordem MOP400,000,00 acrescido de MOP100.000, a título de anos patrimoniais correspondentes a chamada pela recorrida indemnização por (há falta de melhor expressão) “perda de capacidade de viver (ponto 22 das alegações de recurso)”.

Termos em que, deve o presente recurso ser julgado procedente e, em consequência, revogar-se a decisão do Tribunal *a quo* por outra que reduza o valor da indemnização global de MOP900.000,00 para sMOP500.000,00 a pagar pela recorrente a título de danos patrimoniais (há falta de melhor expressão) “*perda de capacidade de viver*” e danos não patrimoniais.

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

1. 2017 年 12 月 11 日約 14 時 58 分，任職巴士司機的嫌犯 C 駕駛屬於“D 有限公司”之車牌號碼為 MW-XX-X1 的 XX 號線巴士(重型汽車)沿 XX 行駛，方向由 XX 圓形地往 XX 圓形地，當時巴士內載有包括 A 在內的多名乘客。
2. 嫌犯所駕巴士的正前方當時行駛著由 E 所駕的車牌號碼為 MR-XX-X5 的重型電單車，該電單車搭載有乘客 F。上述巴士和重型電單車均在左車道行駛，E 所駕的電單車完全在嫌犯視線範圍內。
3. 當兩車到達所編號 908C05 的燈柱附近時，E 因發現前方有障礙物而放慢車速。尾隨其後的嫌犯因跟車太貼，唯有緊急煞車，但巴士車頭仍失控撞到 E 所駕的車牌號碼為 MR-XX-X5 的重型電單車車尾。
4. 由於碰撞及煞車突然，車廂內的乘客 A 在猝不及防下衝前跌倒，身體撞到巴士的錢箱位置而受傷。
5. 意外發生後，A 被送往 XX 醫院診治，臨床診斷為第一腰椎椎體壓縮性骨折。
6. 依據法醫之鑑定，被害人之上述傷患特徵符合由交通意外所致，估計共需 9 至 12 個月康復(以其主診醫生判定的康復期為準)，造成其長期患病，因而已對其身體完整性構成了嚴重傷害(參見載於偵查卷宗第 55 頁之臨床法醫學鑑定書，在此視為完全轉錄)。
7. 警方事後在現場勘查，發現路面有嫌犯煞車留下的長約 3,8 的輪胎痕跡。
8. 事故發生時為天氣晴朗，地面乾爽，交通流量正常。
9. 嫌犯作為職業司機，於公共道路駕駛時，沒有與前車保持安全

的行車距離，從而違反了謹慎駕駛的義務。

10. 其上述過失行為直接造成事故發生及乘客 A 受傷。

11. 嫌犯是在自由及清醒的狀態下作出其過失行為，且知道其行為違法，會受法律之懲處。

民事損害賠償請求中獲證明屬實的事實如下：

- 事後原告被送往 XX 醫院，診斷第一腰椎骨折，腦震盪，需在全身麻醉下進行腰 1 骨折 spinejack 復位椎體成形術。
- 原告住院 43 日，期間出現頭暈，聽力下降。腦部掃描雙側額葉腦白質少許小缺血灶。
- 及後，一直延醫診治，包括需要向精神科醫生求診。
- 原告自 2017 年 12 月 11 日至 2018 年 1 月 23 日住院(見附件 1)，而在住院期間，由於原告傷勢嚴重，日常生活均不能自理，以至吃飯、上廁所及洗澡地需他人協助，因此對原告造成極大困擾。
- 得知將永久傷殘後，原告感覺有如晴天霹靂，極度困擾。
- 原告的骨折患處所產生的痛楚，不論是住院期間或是物理治療期間均導致其食慾不振、脾氣暴躁及經常性失眠。
- 意外令原告終日胡思亂想、無法入睡、失眠頭痛、神經衰弱，終日埋怨自己倒霉，想法轉向負面，甚至影響到家庭和諧，有必要向精神科醫生求診 (文件 3)。
- 原告退休後十分熱愛旅遊之人，在發生意外前，原告的身體十分健康。
- 原本退休後經常結伴到外地旅遊的原告，因為自己行動不便，再不能如往日般與朋友一同享樂。
- 眼見朋友都能隨便離澳旅遊，更令原告心理飽受困擾。
- 意外發生之日原告為 65 歲，身體健康，意外前沒有任何身體

缺陷。原告不但失去原有的強健體魄，同時亦成為了殘疾人士，生活上的種種不便，導致原告失去往日的快樂與朝氣。

- 意外造成原告需要住院，接受手術，服用藥物以及為治療生的交通使費及醫療費用，截至 2019 年 11 月 14 日為止，原告花費的金額為 203,908.00 澳門元。(見附件 2 列表及其單據、第 192 頁至第 200 頁、第 243 頁至第 276 頁及第 302 頁至第 325 頁)。
- 民事答辯狀中獲證明屬實的事實如下：
- A demandada seguradora aceita ter celebrado um contrato de seguro com a empresa D, cuja o número de apólice é LFH/MFT/2017/000088 (Doc. 1)

同時，亦證明下列事實：

- 根據刑事紀錄證明，嫌犯為初犯。

**

- 根據第 233 頁的醫學鑑定書，被害人現已達至醫學上治療，其“暫時絕對無能力”(Incapacidade Temporária, Absoluta I.T.A) 期間為 456 天 (2017 年 12 月 11 日至 2019 年 3 月 11 日)；其後不需要持續接受治療，只需要接受物理治療、止痛等對症治療，及建議其進行適量運動。是次事故導致被害人留有第一腰椎椎體變型、腰部僵硬、疼痛及活動受限等後遺症，其“長期部分無能力”(Incapacidade Permanente, Parcial I.P.P) 評定為 15%。
- 根據第 235 頁的醫學鑑定書，被害人仍然需要接受精神科藥物治療。對其外觀上沒有影響，但使其留有對患者帶來心理上的創傷及焦慮、抑鬱和失眠等後遺症，其“長期部分無能力”(Incapacidade Permanente, Parcial I.P.P) 評定為 10%。
- 嫌犯自願承認被指控的犯罪事實。

- 嫌犯的個人及家庭狀況如下：
- 嫌犯為巴士司機，月入澳門幣 22,000 元至 23,000 元。
- 需供養一名未成年女兒。
- 學歷為小學畢業。

未獲證明之事實：

- 載於民事損害賠償請求及民事答辯狀內與已證事實不符之其他事實。

三、法律部份

本程序需要審理一個主上訴一個從屬上訴：主上訴為民事原告對原審法院的判決有關精神賠償的金額過低以及沒有對部分永久無能力的損害部分作出判決獨立一份賠償的決定提起的上訴理由，而從屬保險為保險公司提起的，認為，即使同意原審法院得以衡平原則確定那些因不能估計實際損失金額時將精神和物質損害賠償計為一項賠償金額，並且在同意將所確定的一筆過得 90 萬賠償金額中抽出 10 萬作為物質損害賠償，所剩下的 80 萬元作為精神賠償的金額也是過高的，應該予以減低，極其量只能判處抽出來的 10 萬元和 40 萬元，作為受害人的精神賠償的金額。

我們看看。

（一）長期無能力方面的損失的賠償的確定

我們一直認為，因永遠失去工作能力的損失，是已遭受了的損失，是現行的損失，而不是將來的損失。而對此損失的賠償，在無法確定地定出賠償的金額的情況下，由法院根據《民法典》第 560 條第 6 款所規定的衡平原則作出。

終審法院於 2012 年 11 月 7 日在 62/2012 號上訴案中的判決中曾經確定：“在本案中，受害人自其出院時失去收入能力的減低，最終不

可挽回地失去了，其無能力率為 5%(總體無能力)，這屬於一項現在的損失，而不是將來的”。

因此，這部分的賠償應該予以獨立判處，而並如精神損害賠償部分一起判處的解決辦法明顯錯誤，應該予以糾正。

那麼，就這部分的賠償而言，既然是容許依照衡平原則定出賠償金額的司法決定，我們在考慮這部分損害的時候，就必須注意到，雖然有關損失為現有的損害，但始終並非可以簡單物質化的損害，而仍然具有單純給予受害人“安慰”的功能，尤其是應該對人的身體完整性的價值予以重要性的考慮。在本案中，根據澳門法院的司法實踐以及慣常決定依據，由其是每一個案件的特殊性，主上訴人僅請求對遭受 25%的傷殘率的賠償 50 萬澳門元的決定應該予以支持。

因此，民事原告의 這部分的上訴理由成立。

(二) 精神損害賠償的認定

《民法典》第 489 條規定了非財產的損害的制度：

“一、在定出損害賠償時，應考慮非財產之損害，只要基於其嚴重性而應受法律保護者。

二、因受害人死亡，就非財產之損害之賠償請求權，由其未事實分居之配偶及子女、或由其未事實分居之配偶及其他直系血親卑親屬共同享有；如無上述親屬，則由與受害人有事實婚關係之人及受害人之父母、或由與受害人有事實婚關係之人及其他直系血親尊親屬共同享有；次之，由受害人之兄弟姊妹或替代其兄弟姊妹地位之甥姪享有。

三、損害賠償之金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第四百八十七條所指之情況；如屬受害人死亡之情況，不僅得考慮受害人所受之非財產損害，亦得考慮按上款之規定享有賠償請求權之人所受之非財產損害。”

也就是說，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質

損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，³ 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。⁴

我們理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

我們也不能不考慮這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們應該讓人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

在上述決定的基礎上，原審法院所確定的 90 萬澳門元的賠償，包括了長期無能力的損害賠償，那麼，抽出這部分之後，仍然需要獨立決定一項精神損害賠償。

從屬上訴公司與主上訴人的上訴理由，就這部分的決定的上訴而言，實際上提出了相同的問題。我們一起看看。

從上述的民事請求所載已證事實中顯示：

- 事後原告被送往 XX 醫院，診斷第一腰椎骨折，腦震盪，需在全身麻醉下進行腰 1 骨折 spinejack 復位椎體成形術。
- 原告住院 43 日，期間出現頭暈，聽力下降。腦部掃描雙側額葉腦白質少許小缺血灶。
- 及後，一直延醫診治，包括需要向精神科醫生求診。
- 原告自 2017 年 12 月 11 日至 2018 年 1 月 23 日住院(見附件 1)，而在住院期間，由於原告傷勢嚴重，日常生活均不能自理，

³ 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

⁴ 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

以至吃飯、上廁所及洗澡地需他人協助，因此對原告造成極大困擾。

- 得知將永久傷殘後，原告感覺有如晴天霹靂，極度困擾。
- 原告的骨折患處所產生的痛楚，不論是住院期間或是物理治療期間均導致其食慾不振、脾氣暴躁及經常性失眠。
- 意外令原告終日胡思亂想、無法入睡、失眠頭痛、神經衰弱，終日埋怨自己倒霉，想法轉向負面，甚至影響到家庭和諧，有必要向精神科醫生求診（文件 3）。
- 原告退休後十分熱愛旅遊之人，在發生意外前，原告的身體十分健康。
- 原本退休後經常結伴到外地旅遊的原告，因為自己行動不便，再不能如往日般與朋友一同享樂。
- 眼見朋友都能隨便離澳旅遊，更令原告心理飽受困擾。
- 意外發生之日原告為 65 歲，身體健康，意外前沒有任何身體缺陷。原告不但失去原有的強健體魄，同時亦成為了殘疾人士，生活上的種種不便，導致原告失去往日的快樂與朝氣。
- 根據第 233 頁的醫學鑑定書，被害人現已達至醫學上治療，其“暫時絕對無能力”（Incapacidade Temporária, Absoluta I.T.A）期間為 456 天（2017 年 12 月 11 日至 2019 年 3 月 11 日）；其後不需要持續接受治療，只需要接受物理治療、止痛等對症治療，及建議其進行適量運動。是次事故導致被害人留有第一腰椎椎體變型、腰部僵硬、疼痛及活動受限等後遺症，其“長期部分無能力”（Incapacidade Permanente, Parcial I.P.P）評定為 15%。
- 根據第 235 頁的醫學鑑定書，被害人仍然需要接受精神科藥物治療。對其外觀上沒有影響，但使其留有對患者帶來心理上的創傷及焦慮、抑鬱和失眠等後遺症，其“長期部分無能力”（Incapacidade Permanente, Parcial I.P.P）評定為 10%。

- 嫌犯為巴士司機，月入澳門幣 22,000 元至 23,000 元。
- 需供養一名未成年女兒。
- 學歷為小學畢業。

首先，我們必須強調的是，主上訴人認為應該確定嫌犯的過失為重過失的主張不能予以支持，因為原審法院所認定的事實沒有任何一項顯示屬於《道路交通法》第 93 條第 3 款的情況，沒有符合適用重過失的條件。

其次，有關受害人的身體肢體以及心理的受傷程度，接受治療的時間、過程，傷殘率（15%+10%）及其對其生活、工作的影響程度，當然還包括因過失而引起的民事責任的相對減少賠償責任的情況，但是基於上訴法院所介入對原審法院的以衡平原則為標準的決定的理由來說，我們認為就這部分的請求釐定的精神賠償澳門幣 80 萬元的賠償比較合適。

因此，主上訴人這部分的上訴理由部分成立，從屬上訴公司的上訴理由不能成立。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定：

- 主上訴人的上訴理由部分成立，將原審法院所確定的精神損害賠償 90 萬的決定改判為：因傷殘率的損害而賠償主上訴人 50 萬澳門元以及精神損害賠償 80 萬澳門元；
- 此項的判決的遲延利息，根據終審法院 2011 年 3 月 2 日在第 69/2010 非常上訴案中所作的統一司法見解（載於 2011 年 3 月 21 日第 12 期《澳門特別行政區公報》第一組副刊），從本判決開始計算。而其他賠償的遲延利息的計算從原審法院的判決之日開釋計算。
- 從屬上訴保險公司的上訴理由不能成立，予以駁回。

本程序的主上訴的訴訟費用由被上訴人與上訴人按落敗比例分別承擔，而從屬上訴的訴訟費用由從屬上訴人支付。

澳門特別行政區，2021 年 7 月 22 日

蔡武彬（裁判書製作人）

陳廣勝（第一助審法官）

譚曉華（第二助審法官）